



**PROEJA ELETROMECAÂNICA: O DESAFIO DE CONHECER E CONTRIBUIR COM
O TRABALHO DO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS, NA
RECUPERAÇÃO, MELHORAMENTO DE SEMENTES CRIOULAS E PLANTAS
MEDICINAIS**

Andreia da Silva Fossá¹Ana Carolina Bordini Brabo Caridá²

¹Mestra em Ciências Ambientais pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ), Licenciada em Ciências Biológicas (Unoesc), Docente do IFSC Câmpus Chapecó, biologandreia@hotmail.com

² Mestra em Sociologia Política (UFSC), Licenciada e bacharel em Ciências Sociais (UFSC), Docente do Instituto Federal de Santa Catarina – Câmpus Chapecó, pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Currículo Integrado (IFSC – Câmpus Chapecó), carolcarida@gmail.com

**EIXO TEMÁTICO: POLÍTICAS PÚBLICAS A EJA NA PERSPECTIVA DO
MUNDO DO TRABALHO**

RESUMO:

O artigo é fruto do relato de experiência das atividades desenvolvidas no Curso Técnico Integrado em Eletromecânica (PROEJA) do Instituto Federal de Santa Catarina – Câmpus Chapecó nas disciplinas de Biologia II e III. O foco do trabalho foi articular as questões socioambientais às lutas dos movimentos sociais da região Oeste catarinense no que se refere a agroecologia enquanto projeto de agricultura camponesa sustentável. Os estudantes realizaram visitas técnicas e puderam entrar em contato com as experiências do Movimento das Mulheres Camponesas realizando práticas e vivências que contribuíram para a assimilação dos conceitos científicos, possibilitando a crítica ao modelo de produção convencional vinculado ao agronegócio. Este modelo dominante faz uso da monocultura em larga escala, sementes híbridas, organismos geneticamente modificados, agrotóxicos e está ligado aos interesses das grandes corporações internacionais em detrimento da soberania alimentar dos povos.

PALAVRAS-CHAVE: PROEJA; Movimento das Mulheres Camponesas; Agroecologia; Sustentabilidade.

INTRODUÇÃO



A questão socioambiental na região Oeste de Santa Catarina após a colonização foimarcada pelo uso desenfreado dos recursos naturais, pois preconizou o modelo de produção voltado aos interesses do capital comprometendo a sustentabilidade ambiental.

No final da Segunda Guerra Mundial, as companhias transnacionais prometeram eliminar a fome e a pobreza com armas químicas e um modelo de produção agrícola que denominaram “Revolução Verde”, a qual resultou na mecanização agrícola, dispensando mão de obra do campo, agravando o êxodo rural.

A Revolução Verde promoveu um pacote que incluía variedades melhoradas, fertilizantes e irrigação, marginalizando um grande número de agricultores que não podiam arcar com os custos de aquisição da tecnologia. Nas áreas que os agricultores adotaram o pacote, estimulados pelos programas governamentais de extensão e crédito rural, a disseminação de híbridos e variedades melhoradas fez aumentar muito o uso de agrotóxicos, geralmente trazendo consequências para a saúde e o meio ambiente. (ALTIERI, 2012, p.30-31).

No caso brasileiro adotou-se um modelo econômico baseado nos interesses das oligarquias locais. Anterior ao Golpe Militar de 1964 havia rumores de um projeto de reforma agrária no país e um conflito entre os sindicatos dos trabalhadores rurais e os agricultores patronais, pois os primeiros já tinham adquirido seus direitos trabalhistas. Com a entrada dos militares no poder cria-se o Estatuto da Terra o qual decretava um teto máximo para o tamanho da propriedade rural e a imposição da eficiência na produção. O agricultor capitalista que não produzisse teria que abrir mão de seu imóvel para a reforma agrária.

Este modelo econômico foi pautado na modernização conservadora, isto é, conserva-se o modelo patronal existente desde as capitânicas hereditárias e o tecnifica. O intuito era o de proteger a propriedade da terra e os interesses das elites urbanas ligadas a agroindústria, visando a ampliação do mercado para os seus produtos. Esta legislação gerou a expulsão dos trabalhadores que residiam nas propriedades capitalistas e passou-se então a fazer uso da força de trabalho temporária.

Segundo Paulillo (1998), esse modelo de produção apresentou sérios problemas e consequência, uma delas é a perda da autonomia sobre a produção, além da



dependência dos agricultores à indústria. Processo esse que vem resultando em altos custos sociais, ambientais e de saúde pública.

A partir da década de 1980 alguns movimentos sociais e ambientais com propostas de sistemas agrícolas sustentáveis na produção de alimentos, no resgate do conhecimento tradicional, uso de plantas medicinais e recuperação de sementes crioulas, buscam a sobrevivência da humanidade e da biodiversidade do planeta, aplicando práticas de sabedorias milenares da conservação e uso dos recursos naturais.

Em especial as mulheres, de todo o mundo cultivam, conservam, produzem alimentos, fibras e outras necessidades de forma sustentável. O uso de forma sustentável da biodiversidade é uma das formas de resistência à exploração da natureza, que as mulheres camponesas vêm aprimorando ao longo dos anos, pois atuam desde a domesticação de espécies, até a recuperação, produção e melhoramento de sementes e plantas medicinais, por meio da troca e desenvolvimento de métodos que respeitam os ciclos da terra e da lua, afirmando que o conhecimento e a natureza são patrimônio dos povos a serviço da humanidade.

Partindo de questões históricas, sociais, culturais e ambientais iniciou-se um trabalho com os estudantes do Curso Técnico Integrado em Eletromecânica (PROEJA), o qual buscou aprofundar os conhecimentos dos estudantes acerca da realidade local e da forma como se dá a resistência ao modelo predominante do agronegócio, principal motor da economia na região Oeste de Santa Catarina.

METODOLOGIA

O agronegócio enquanto categoria social pode ser definido como sendo a produção monocultora em larga escala, geradora de empregos, que visa o mercado de exportação (difundido pelos representantes agroindustriais). Através desta produção agrícola “eficiente” dá-se grande concentração de terra e renda, desencadeando êxodo rural e taxas alarmantes de desigualdade social questionadas pelos camponeses, representantes dos movimentos sociais do campo (BRUNO, 2009).

Van der Ploeg (2008) define o conceito de agricultura camponesa pelo uso sustentado do capital ecológico orientado para a defesa e melhoramento das condições de vida, pela utilização de mão-de-obra familiar (ou mobilizada dentro da comunidade rural), onde os agricultores têm a posse das terras e dos meios de produção, a qual



está orientada para o mercado e para a reprodução da unidade agrícola e da família. Ela é caracterizada por sua pluriatividade, abarca desde os sem-terra até os agricultores urbanos que cultivam a terra para o seu autoconsumo.

Neste sentido, discute a condição camponesa e o modo camponês de fazer agriculturase referindo a duas características: a autonomia e o progresso (relação homem e natureza viva). A agricultura camponesa através de seu processo de trabalho cria modos de vida e de representação política. Lutam por autonomia, contra a dependência, marginalização e privações, a favor do desenvolvimento com base em recursos autocontrolados e auto gerenciados, formas de produção entre o homem e a natureza viva mais sustentável, interação com o mercado para o desenvolvimento de uma base de recursos próprios, onde com frequência são exercidas atividades não-agrícolas e padrões de decooperação que fortalecem as inter-relações (VAN DER PLOEG; 2008; pp. 40).

A agricultura camponesa não está regulada pelas forças de mercado e opera num campo de resistência ao agronegócio, configurando assim maior proximidade entre produtores e consumidores. Sua relação com o meio natural é internalizada, realiza coprodução (relacionamento homem/natureza). Utiliza técnicas “tradicionais” e suas habilidades são transmitidas de geração em geração. Está preocupada com a qualidade e com a quantidade de seu trabalho. Seu cultivo é heterogêneo e o sustento destas famílias vem da própria produção, e da venda dos excedentes no mercado regional. Representam a continuidade entre passado, presente e futuro e são entendidas como o futuro da agricultura porque faz uso de técnicas sustentáveis. Para Miguel Altieri:

A agroecologia é uma estrutura metodológica: Uma nova abordagem que integra os princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo. (2004, p. 23).

É importante destacar que a agroecologia não tem suas bases nas regras científicas convencionais, mas traz presente os saberes práticos dos camponeses e camponesas, incorporando os princípios ecológicos, valores culturais, conhecimentos ecológicos, antropológicos, econômicos e tecnológicos, fundamentada na dinâmica dos agroecossistemas. Este termo tem sido muito utilizado para descrever as atividades agrícolas que são realizadas por um grupo de famílias, ou pessoas. São sistemas abertos que contribuem na agroecologia com princípios básicos, sendo uma unidade ecológica



principal, com componentes abióticos e bióticos, processando o fluxo de energia.

A agroecologia fornece as bases científicas, metodológicas e técnicas para uma nova revolução agrária, não só no Brasil, mas no mundo inteiro. Os sistemas de produção fundados em princípios agroecológicos são biodiversos, resilientes, eficientes do ponto de vista energético, socialmente justo e constituem os pilares de uma estratégia energética e produtiva fortemente vinculada a noção de soberania alimentar (ALTIERI, 2012, p. 15).

A região Oeste catarinense passou a discutir algumas alternativas através dos movimentos sociais que ganharam destaque quando articulados com outros grupos de oposição ao regime militar, especialmente, sob a inspiração da Teologia da Libertação (TdL)¹, o fortalecimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) se constituiu com a formação de grupos de reflexão, onde os vizinhos reuniam-se, para estudar, debater, analisar a atual situação e juntos fortalecidos construir propostas concretas de luta para garantir os direitos sociais.

Segundo Polli (1999) as mulheres então, começaram a organizar-se construindo um movimento, com identidade própria, fundamentada em um projeto de vida e de sociedade. As primeiras ações concretas para estruturar um movimento social de mulheres agricultoras ocorreram, no então distrito de Nova Itaberaba no dia 1º de maio de 1983. Reuniram-se 28 mulheres e seis comunidades em um encontro coordenado por líderes sindicais, camponeses e agentes pastorais com o tema “O papel e a participação das mulheres na sociedade”.

O Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), é caracterizado por ser um movimento constituído por mulheres camponesas: agricultoras, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, boias-frias, diaristas, parceiras, extrativistas, quebradeiras de coco, pescadoras artesanais, sem-terras, assentadas... Mulheres indígenas, negras, descendentes de europeus. Representando a soma da diversidade do país. São mulheres pertencentes à classe trabalhadora, na luta pela causa feminista e pela transformação da sociedade (MMC, 2015).

¹A Teologia da Libertação: A palavra Teologia vem do grego *Theos* que significa Deus e *logos* que significa conhecimento. Uma visão simplificada então, nos mostraria que a Teologia seria o conhecimento ou estudo de Deus. (BONI, 2012, p.51)



Sua identificação apresenta como principais características: autônomo, privando pela decisão das próprias mulheres; democrático e popular sendo que as mulheres têm voz e voto; classista que pertence à classe trabalhadora, envolvendo as mulheres do campo; e, de luta para transformar esta sociedade com novas relações de igualdade entre as pessoas e com a natureza. (MMC, 2004). Tendo como missão:

Nossa missão é a libertação das mulheres trabalhadoras de qualquer tipo de opressão e discriminação. Isso se concretiza nas lutas, na organização, na formação e na implementação de experiências de resistência popular, onde as mulheres sejam protagonistas de sua história. Na construção de um projeto de agricultura Camponesa a partir dos princípios da agroecologia. Lutamos por uma sociedade baseada em novas relações sociais entre os seres humanos e deles com a natureza. (MMC, 2012 p.30)

As principais pautas do MMC giram em torno das lutas históricas por direitos básicos como condições e reconhecimento de direitos trabalhistas, previdenciários e propriedade da terra e a luta em defesa do modelo de agricultura camponesa agroecológica, se opondo à agricultura industrial.

Cada década foi marcada por grandes bandeiras de lutas, são mulheres que mesmo sem ter a formação em bancos escolares, buscam através do processo de formação focado na realidade, com uma concepção, uma ideologia contribuir na elaboração e aplicação de estratégias. O Movimento é norteado pela formação, estudo, troca de experiências, lutas, mobilizações pensando coletivamente um projeto de sociedade e um projeto político estratégico de transformação.

Atualmente a luta central do MMC é contra o modelo capitalista e patriarcal e pela construção de uma nova sociedade com igualdade de direitos. As mulheres vêm trabalhando a segurança alimentar, posicionando-se contra o plantio de organismos geneticamente modificados (OGM - transgênicos) e defendendo um projeto de agricultura agroecológica e camponesa, em defesa do meio ambiente, resgatando a prática de recuperação, produção e melhoramento de sementes crioulas de hortaliças. Também vem realizando debates no sentido de proteger nosso bioma - mata atlântica, incluindo o resgate das plantas medicinais, levando em consideração o Código Florestal



Brasileiro com o uso e cultivo dos espaços de áreas de Reserva Legal trabalhando com sistemas agroflorestais.

Partindo desta contextualização histórica, teórica e ambiental aproximamos estas discussões dos nossos educandos do curso PROEJA em Eletromecânica tomando como base as seguintes reflexões: como os movimentos sociais se organizam no entorno do Instituto Federal de Santa Catarina – Câmpus Chapecó? Quais os principais movimentos sociais que realizam lutas ambientais no campo e na cidade? Quais seus objetivos? Como estão organizados em nossa região? Que projetos desenvolvem?

A partir destas questões elencamos nossos objetivos para o processo de ensino-aprendizagem: conhecer alguns movimentos sociais da região Oeste de Santa Catarina e quais trabalhos sustentáveis são realizados; realizar visitas monitoradas, verificando as experiências do MMC na produção e melhoramento de sementes crioulas e plantas medicinais; contribuir na divulgação das experiências agroecológicas na produção de alimentos sustentáveis e diversificados realizado pelas mulheres camponesas; e socializar o trabalho realizado.

A escolha em conhecer as experiências sustentáveis do MMC deu-se pela aproximação do IFSC - Câmpus Chapecó e o vínculo que os educandos tem com o meio rural. A metodologia se concentrou na realização de visitas técnicas para o estudo da realidade camponesa e a partir deste trabalho foi possível conhecer várias experiências sustentáveis, relacionando a teoria científica estudada em sala de aula com a prática realizada pelas mulheres no interior de Chapecó-SC.

RESULTADOS

Os educandos tiveram contato com as questões históricas, sociais, culturais e ambientais da região Oeste de Santa Catarina e conseguiram compreender melhor os conflitos existentes nos meios urbano e rural. Também se apropriaram do conhecimento tradicional aplicado na recuperação, melhoramento e produção de sementes crioulas utilização de plantas medicinais, os quais vem fazendo a diferença na produção diversificada de alimentos principalmente para as camponesas do MMC. As práticas de resgate do conhecimento tradicional não só no movimento, mas nos diferentes povos, vem contribuindo para a ampliação e divulgação do conhecimento científico e



tradicional, apontando avanços significativos no processo de autonomia e respeito à sociobiodiversidade.

Aos educandos foi possibilitado a compreensão de conceitos científicos, buscando relações entre os conceitos e suas práticas, observando quem atualmente está contribuindo para garantir a continuidade da vida dos diferentes seres no planeta e quais são suas contribuições. Perceberam que a região Oeste, após sua colonização contribuiu muito para a destruição e desequilíbrio ambiental, pois o uso dos recursos naturais sem preocupações com as gerações futuras e o modelo capitalista são os grandes vilões na destruição do bioma mata atlântica.

Conseguiram visualizar a importância dos diferentes movimentos sociais na luta pelas questões de direitos e principalmente as questões ambientais, com grande preocupação com a continuidade da vida do planeta, em especial as mulheres camponesas que buscam implementar um projeto de agricultura camponesa e agroecológico, sendo este uma forma de garantir práticas sustentáveis através da produção de alimentos saudáveis e diversificados vivenciam a agroecologia como modo de vida seja através da base produtiva, seja pelo modelo tradicional respeitando o ciclo anual das espécies animais e vegetais.

Os educandos realizaram juntamente com o MMC várias experiências práticas voltadas à sustentabilidade, que atualmente vem fazendo a diferença na produção de alimentos saudáveis nas unidades de produção, contribuindo com a autonomia, renda e garantindo a soberania alimentar dos trabalhadores do campo e da cidade.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da Agricultura Sustentável**. Ed UFRGS; IV edição; 110p. 2004.

_____. **Agroecologia: Bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular; AS-PTA, 2012.

BRUNO, Regina. Agronegócio, palavra política. In: *BRUNO, Regina et al. Um Brasil ambivalente: agronegócio, ruralismo e relações de poder*. Rio de Janeiro: Mauad X, Seropédica-RJ: Edur/UFRRJ, 2009.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS. **Documento Tese do MMC**. Brasília, 2004.



..... **Produção de sementes crioulas de hortaliças:** as práticas de recuperação, produção e melhoramento de sementes 10 Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2012.

..... mmcbrasil.com.br/site/node/4
4 acesso 10/01/215

MULHERES DA TERRA. Documentário Produzido pela Plural Filmes. Direção de Márcia Paraíso, 2010, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=HyEVbIFIpIs> acesso em 10 nov 2015.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. Terra à vista... e ao longe 2. Ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 1998.

POLI, Odilon. **Leituras em Movimentos Sociais Chapecó:** Editora Grifos Editora Grifos, UNOESC.1999.

VAN DER PLOEG, Jan Douwe. **Camponeses e impérios alimentares:** lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.